

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Lorentzen Empreendimentos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lorentzen Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lorentzen Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório datado de 28 de abril de 2023 com opinião sem modificação.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Monika Marielle Du Mont Collyer
Monika Marielle Du Mont Collyer
Contador CRC 1 RJ 091300/O-6

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.849	20.270	308.731	188.850
Títulos e valores mobiliários	4	4.080	50.445	734.373	826.830
Contas a receber	5	-	-	198.904	289.698
Partes relacionadas	28	190	190	2.044	-
Dividendos e JCP a receber	9	124.146	75.882	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	6	30.693	21.794	54.118	88.851
Combustíveis a apropriar		-	-	55.029	49.246
AFRMM - depósitos vinculados	7	-	-	699	42.529
Outros ativos circulantes		10.028	8.545	23.850	14.651
Despesas antecipadas	8	-	-	9.870	10.064
		<u>204.986</u>	<u>177.127</u>	<u>1.387.618</u>	<u>1.510.719</u>
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	270.290	192.776
Depósitos judiciais	18	921	883	115.860	95.748
Contas a receber	5	-	-	11.628	75.757
AFRMM - gerado a receber	7	-	-	25.434	16.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	51.009	12.226
Impostos e contribuições a recuperar	6	-	-	21.230	-
		<u>921</u>	<u>883</u>	<u>495.451</u>	<u>393.259</u>
Investimentos	10	1.451.248	1.518.174	33.021	32.837
Imobilizado	11	20	20	482.271	563.991
Intangível		21	21	5.393	6.426
Ativos de direito de uso de arrendamento	12	-	-	3.583	2.003
		<u>1.451.288</u>	<u>1.518.214</u>	<u>524.267</u>	<u>605.256</u>
		<u>1.452.210</u>	<u>1.519.096</u>	<u>1.019.718</u>	<u>998.515</u>
Total do ativo		<u><u>1.657.195</u></u>	<u><u>1.696.223</u></u>	<u><u>2.407.336</u></u>	<u><u>2.509.234</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Fornecedores		-	-	20.865	20.436
Passivo de arrendamento	13	-	-	1.670	984
Empréstimos e financiamentos	14	-	53.255	-	53.255
Debêntures	15	-	278.315	-	278.315
Provisão de férias e encargos sociais	16	3	1	12.609	11.174
Impostos e contribuições a recolher	17	10.501	5.071	65.504	49.181
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	19	82.000	68.572	153.237	116.752
Provisões	20	-	-	38.648	119.387
AFRMM a aplicar	7	-	-	699	42.529
Outros		-	-	19.137	21.121
		<u>92.505</u>	<u>405.215</u>	<u>312.369</u>	<u>713.135</u>
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	-
Debêntures	15	275.242	-	275.242	-
Passivo de arrendamento	13	-	-	2.136	1.078
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	18	195	195	16.120	23.987
Provisões	20	264	263	24.314	-
AFRMM a aplicar	7	-	-	25.434	16.752
Receitas diferidas de AFRMM	7	-	-	28.420	6.597
Outros		-	-	1.146	9
		<u>275.700</u>	<u>457</u>	<u>372.812</u>	<u>48.423</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	22	420.039	384.596	420.039	384.596
Reserva de capital		35.374	35.374	35.374	35.374
Reservas de lucros		492.835	459.466	492.835	459.465
Outros resultados abrangentes		340.742	411.116	340.742	411.116
		<u>1.288.990</u>	<u>1.290.551</u>	<u>1.288.990</u>	<u>1.290.551</u>
Participação dos não controladores		-	-	433.166	457.125
		<u>1.288.990</u>	<u>1.290.551</u>	<u>1.722.156</u>	<u>1.747.676</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.657.195</u></u>	<u><u>1.696.223</u></u>	<u><u>2.407.336</u></u>	<u><u>2.509.234</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	23	-	-	1.260.820	2.189.256
Custo do transporte	23	-	-	(1.060.153)	(1.959.217)
Lucro bruto		-	-	200.667	230.039
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(12.790)	(6.729)	(84.145)	(76.024)
Resultado de equivalência patrimonial	10	178.750	108.946	(19.137)	-
Participação no resultado	20	-	-	(11.442)	(12.651)
Outras despesas e receitas, líquidas	25	(100)	92	88.609	47.467
Resultado antes do efeito financeiro		165.861	102.309	(26.115)	(41.208)
Resultado financeiro	26	(25.500)	(28.670)	70.663	(22.185)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		140.360	73.639	245.215	166.646
Despesas de impostos sobre o lucro	21 b)				
Diferido		-	-	38.782	18.910
Corrente		-	-	(76.047)	(55.227)
Lucro líquido do exercício		140.360	73.639	207.950	130.329
Participação dos acionistas não controladores		-	-	67.590	56.690
Lucro do exercício atribuído aos acionistas controladores		140.360	73.639	140.360	73.639
Lucro básico por ação - Reais (R\$)		0,54	0,30		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	140.360	73.639	207.950	130.329
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais sobre conversão de operações no exterior - Norsul	(36.656)	(36.737)	(36.656)	(36.737)
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações no exterior - Tyburn	(33.718)	(38.711)	(33.718)	(38.711)
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>69.986</u>	<u>(1.809)</u>	<u>137.576</u>	<u>54.881</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Resultado abrangente dos acionistas não controladores	-	-	67.590	56.690
Resultado abrangente dos acionistas controladores	69.986	(1.809)	69.986	(1.809)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio líquido atribuído aos controladores												Total patrimônio líquido
	Reservas de capital					Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação dos não controladores	
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital oriunda de incorporação	Transações de capital	Subvenções para investimentos	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva livre de AFRRM					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	360.300	8.413	26.812	(36)	185	32.918	388.783	(281)	-	486.564	1.303.658	487.385	1.791.043
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	73.639	-	73.639	56.690	130.329
Ajustes de instrumento financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial nos resultados abrangentes da controlada Norsul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
referente a ajuste de conversão - subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.711)	(38.711)	-	(38.711)
Aumento Capital	24.296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.296	-	24.296
Ajuste de conversão - subsidiárias no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.543)	(47.543)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.639)	-	(73.639)	-	(73.639)
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.540)	(23.540)
Constituição de Reserva	-	-	-	-	-	3.682	34.363	-	-	-	38.045	-	38.045
Saldos em 31 de dezembro de 2022	384.596	8.413	26.812	(36)	185	36.600	423.146	(281)	-	411.116	1.290.551	457.125	1.747.676
Aumento de capital	35.443	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.443	-	35.443
Ajuste de saldo negativo 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	9
Equivalência patrimonial nos resultados abrangentes da controlada Norsul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
referente a ajuste de conversão - subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.656)	(36.656)	(15.834)	(52.490)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	140.360	-	140.360	67.590	207.950
Destinação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	7.018	-	-	(7.018)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	54.351	-	(54.351)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(28.000)	-	-	-	(28.000)	-	(28.000)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(79.000)	-	(79.000)	(48.106)	(127.106)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.608)	(27.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	420.039	8.413	26.812	(36)	185	43.618	449.497	(281)	-	340.742	1.288.980	433.166	1.722.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Atividade operacional				
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	140.360	73.639	264.352	166.646
Ajustes ao lucro:				
Depreciação/amortização	-	-	105.895	94.673
Equivalência patrimonial	(178.750)	(108.946)	-	-
Amortização do direito de uso (arrendamento)	-	-	1.635	-
Juros sobre arrendamento	-	-	367	276
Juros provisionados e variação cambial	(4.128)	(5.763)	(11.991)	(2.491)
Provisão para contingências	-	-	(7.867)	1.608
Provisão para perdas com outras contas a receber	-	-	-	-
Perda alienação de investimento	-	-	-	-
Valor residual de ativo permanente baixado	-	-	-	-
Dividendos e JSCP propostos	(34.299)	36.803	(34.299)	36.803
Perda (ganho) em baixa de contratos de arrendamento	-	-	52	-
Impostos diferidos	-	-	-	-
Outros	(8)	(105)	(8)	(105)
Valor residual de direito de uso de arrendamento baixado	-	-	(42.593)	319
Juros provisionados debêntures	30.445	37.547	30.445	37.547
Total oriundo das operações	(46.380)	33.175	305.988	335.276
(Aumento) diminuição das contas dos ativos				
Impostos e contribuições a recuperar	(8.899)	(6.792)	3.996	88
Contas a receber	-	-	88.245	38.455
Combustível a apropriar	-	-	(5.783)	7.352
Despesas antecipadas	-	-	789	(729)
Outras contas a receber	-	-	(2.044)	-
Depósitos Judiciais	(38)	-	(11.713)	(14.849)
Outros	-	-	(8.491)	(27.321)
Aumento (diminuição) das contas dos passivos				
Fornecedores	-	-	428	4.140
Salários e encargos	2	-	1.435	(2.610)
Impostos, taxas e contribuições	5.430	3.008	(38.216)	21.503
Resultado de viagens em andamento	-	-	(1.758)	15.037
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(45.156)	(85.329)
Dividendos e JSCP a Pagar	54.000	18.000	54.000	18.000
Outras contas a pagar	-	-	(34.829)	(302)
Valores a pagar de arrendamento por direito de uso	-	-	-	(359)
Imposto Diferido	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Fluxo de caixa gerado / consumido pela atividade operacional	4.114	47.390	306.891	308.352
Atividade de investimentos				
Aplicações Financeiras	46.365	(45.325)	(5.133)	37.699
Dividendos e JSCP de participações societárias	110.044	118.617	92.044	118.617
Aquisições de imobilizado	-	-	(52.301)	(72.765)
Intangível	-	-	(4.170)	(9.401)
Receita proveniente da venda de embarcação	-	-	113.343	-
Fluxo de caixa gerado pela atividade de investimentos	156.409	73.292	143.783	74.150
Atividade de financiamentos				
Pagamento Juros empréstimos	(1.117)	(1.378)	(1.117)	(1.378)
Amortização de empréstimos	(52.180)	(15.169)	(52.180)	(15.169)
Pagamento de juros debêntures	(35.443)	15.296	(35.443)	15.296
Pagamento de Juros s/ Capital Próprio	(43.000)	9.000	(43.000)	9.000
Pagamento de Juros de arrendamentos	-	-	(151)	(193)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(1.687)	(1.484)
Captação de Debêntures	18.397	-	18.397	-
Pagamento de dividendos	(50.572)	-	(197.116)	(176.117)
Amortização de debêntures	(16.472)	(103.475)	(16.472)	(103.475)
Aumento de capital	35.443	(24.296)	35.443	(49.098)
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamentos	(144.944)	(120.022)	(293.326)	(322.618)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.579	660	157.347	59.884
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.270	19.610	188.850	175.795
Ajuste de conversão para o real - subsidiária no exterior	-	-	(37.466)	(46.829)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35.849	20.270	308.731	188.850
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.579	660	157.347	59.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Lorentzen Empreendimentos S.A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a participação societária em outras empresas, tendo investimento principalmente no ramo de navegação, dentre as suas investidas a mesma possui participação na Companhia de Navegação Norsul (69,84% - Atividade de navegação), Tyburn (100% -Atividade de Holding) e RioBroker (33,33% - Atividade de Corretagem de cargas e embarcações). Possui ainda como objeto social as atividades de administração, planejamento, constituição, organização e consultoria às empresas do grupo. Veja maiores detalhes das investidas nas notas explicativas nº 2.4.7 e 10.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com a Orientação OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das informações contidas nas notas explicativas.

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.5.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor em uso mencionado no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36).

Na data de autorização da emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo possui os recursos necessários para continuar suas operações em um futuro previsível. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações do Grupo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração do Grupo em 14 de junho de 2024.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") e em moeda estrangeira no qual uma de suas investidas atua, sendo convertido em real para elaboração das demonstrações.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Políticas contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir, e vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados

2.4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, cuja intenção da Administração não objetiva atender a compromissos de curto prazo.

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

São compostos por recursos aplicados em fundo exclusivo de investimento - Fundo Reno e Fundo Faerder, títulos da dívida brasileira emitidos no exterior, títulos emitidos por outras Companhias, títulos da dívida norte americana e time deposit.

2.4.3 Contas a receber

São apresentadas aos valores nominal, e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. Quando aplicável é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para perdas de créditos esperadas e são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis, (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidencia objetiva de impairment, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidencia objetiva de impairment em 31 de dezembro de 2023.

As provisões para perdas de crédito foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

2.4.4 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.4.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.4.6 Instrumentos financeiros

Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria valor justo por meio do resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na transação. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), com base no modelo e na intenção do Grupo e no gerenciamento do seu portfólio.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelas exceções previstas no CPC 48 (IFRS 9).

Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao VJORA e ao VJR.

- (i) Custo amortizado: compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos, exclusivamente, de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para os exercícios apresentados, o Grupo possui numerário em caixa e depósitos bancários, contas a receber de clientes e de partes relacionadas e depósitos judiciais e cauções nesta categoria;

- (ii) VJORA: esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, enquanto os juros calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Para investimentos específicos em instrumentos patrimoniais, que de outro modo seriam mensurados ao VJR, a Administração pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. Para os exercícios apresentados, o Grupo possui títulos emitidos por outras companhias ("Bonds") e títulos da dívida pública norte-americana ("Treasury Bills") nesta categoria.
- (iii) VJR: os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA são classificados na categoria VJR, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado. A Administração também pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável um ativo financeiro como mensurado ao VJR se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos, e respectivos ganhos e perdas, em bases diferentes. Para os exercícios apresentados, o Grupo possui aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários nesta categoria.

Todos os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros que não são mensurados ao VJR possuem seu valor recuperável avaliado a cada data de balanço. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva que, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento tenham sido afetados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros.

Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou o Grupo transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Nos casos em que não há transferência ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados se não houver retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Ao baixar um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação recebida será reconhecida no resultado.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

Compensação entre ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.7 Investimentos

Investimento em controlada

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Na demonstração contábil consolidada, os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média mensal de câmbio. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações contábeis pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais.

As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou efetuou pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Um investimento em uma coligada ou joint venture é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada ou joint venture. Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma coligada ou joint venture está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento do Grupo. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

O Grupo descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma coligada ou joint venture. Quando o Grupo detém uma participação na antiga coligada ou joint venture e a participação detida é um ativo financeiro, o Grupo mensura a participação detida pelo valor justo naquela data e o valor justo é considerado seu valor justo no reconhecimento inicial de acordo com a IFRS 9 (CPC 48).

A diferença entre o valor contábil da coligada ou joint venture na data em que o uso do método de equivalência patrimonial é descontinuado e o valor justo de qualquer participação detida e qualquer resultado da alienação parcial da participação na coligada ou joint venture é incluído na determinação do ganho ou da perda na alienação da coligada ou joint venture.

Quando o Grupo reduz sua participação acionária em uma coligada ou joint venture, mas continua a usar o método de equivalência patrimonial, o Grupo reclassifica para o resultado a proporção do ganho ou da perda anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes em relação a essa redução na participação acionária se esse ganho ou essa perda for reclassificado para o resultado na alienação dos correspondentes ativos e passivos.

Quando uma entidade do Grupo realiza uma transação com uma coligada ou joint venture do Grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada ou joint venture são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo somente na extensão das participações na coligada ou joint venture que não estejam relacionadas ao Grupo.

O Grupo aplica a IFRS 9, incluindo as exigências de redução ao valor recuperável, a investimentos de longo prazo na coligada ou joint venture aos quais o método de equivalência patrimonial não é aplicável e que fazem parte do investimento líquido na investida. Adicionalmente, ao aplicar a IFRS 9 a investimentos de longo prazo, a entidade não leva em conta os ajustes ao seu valor contábil necessários de acordo com a IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (isto é, ajustes ao valor contábil dos investimentos de longo prazo resultantes da alocação das perdas da investida ou da avaliação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 28).

Participações em operações em conjunto

Uma operação em conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos com relação ao acordo. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Quando uma entidade do Grupo realiza suas atividades como operações em conjunto, o Grupo, como um operador em conjunto, reconhece com relação à sua participação em uma operação em conjunto:

- Seus ativos, incluindo sua participação nos ativos mantidos em conjunto;
- Seus passivos, incluindo sua participação nos passivos incorridos em conjunto;
- Suas receitas da venda de sua participação no resultado decorrente da operação em conjunto;
- Sua participação nas receitas da venda do resultado decorrente da operação em conjunto; e
- Suas despesas, incluindo sua participação nas despesas incorridas em conjunto.

Quando uma entidade do Grupo realiza uma transação com uma operação em conjunto na qual uma entidade do Grupo é um operador em conjunto (como uma venda ou contribuição de ativos), considera-se que o Grupo conduz a transação com as outras partes da operação em conjunto, e os ganhos e as perdas resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo somente na extensão das participações de outras partes na operação em conjunto.

Quando uma entidade do Grupo realiza uma transação com uma operação em conjunto na qual uma entidade do Grupo é um operador em conjunto (como uma aquisição de ativos), o Grupo não reconhece sua participação nos ganhos e nas perdas até que esses ativos sejam revendidos a um terceiro.

2.4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com manutenção, docagem e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

2.4.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve indicativos quanto a necessidade de registro de provisão para ajuste ao valor de recuperação do ativo.

2.4.10 Impostos, taxas e contribuições

Impostos sobre transporte

A controlada Norsul e suas subsidiárias estão sujeitas, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) de 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 7,60%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 7% a 12%;
- Imposto sobre Serviço (ISS) de 5%.

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda - IRPJ e a contribuição social - CSLL. O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercícios e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e é baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.4.11 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando forem prováveis que sua realização ou liquidação ocorram nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.4.12 Distribuição de resultados

A política contábil de reconhecimento de dividendos está em conformidade com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício, salvo deliberação contrária pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). O saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for deliberado em Assembleia Geral de Acionistas.

O dividendo mínimo obrigatório é reconhecido como passivo ao encerramento de cada exercício.

2.4.13 Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

2.4.14 Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, contas a receber de leasing financeiro e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência.

2.4.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.4.16 Subvenções e assistências governamentais

O Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) é reconhecido quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo Federal, sendo registrado no resultado como redução de custo durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Posteriormente, é destinado para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme a Nota nº 07.

A Companhia registra os valores de AFRMM à medida que são gerados. Na liberação dos créditos, estes são utilizados para amortizar o valor principal, juros dos financiamentos das embarcações e docagem. Esses valores são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na data de sua utilização, com exceção dos recursos utilizados nas amortizações dos navios próprios, que são transferidas para receita diferida e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a vida útil remanescente dos navios.

2.4.17 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

2.5 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.5.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, que são apresentados separadamente a seguir, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações contábeis.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas abaixo:

- Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- Consolidação de entidades nas quais o Grupo detém participação inferior a 50%; e
- Arrendamento: classificação e determinação se um contrato contém um arrendamento.

2.5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas abaixo:

Vida útil do ativo imobilizado

A Administração estima um tempo de 20 anos de vida útil para suas embarcações.

Provisão para perda esperada de créditos

são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais tributários, cíveis, trabalhistas e administrativos. E reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e administrativos, para os quais é provável a probabilidade de perda e uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de consultores jurídicos, quando aplicável.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

O saldo total das provisões para demandas judiciais é registrado no passivo não circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota nº 18.

2.6 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) Novas e Revisadas

2.6.1 Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2023

No exercício de 2023, o Grupo adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 (R1)/ IAS 1 e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade/ IFRS "Practice Statement 2 - Making Material Judgments"	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois	Emitido em 23/05/2023 com adoção imediata (*)

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados do Grupo ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

2.6.2 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização da emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Grupo não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas que ainda não estão aplicáveis, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante - Diferimento da data de vigência	01/01/2024
Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento ("sale and leaseback")	01/01/2024
Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1	Passivo não circulante com cláusulas restritivas ("covenants")	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações ao CPC 02 (R2)/ IAS 21	Falta de permutabilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 36 (R3)/IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

2.7 Consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações contábeis das controladas indicadas abaixo foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Assim sendo, são eliminadas as participações recíprocas, os saldos de contas, as receitas e despesas e os lucros não realizados entre Empresas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida abaixo.

<u>% de participação direta</u>	<u>Atividade</u>	<u>2023</u>	<u>202</u>
Tyburn (i)	Holding	100,00%	100,00%
Norsul (ii)	Navegação	69,84%	69,84%
Riobroker (iii)	Corretagem de cargas e embarcações	33,33%	33,33%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas eliminações (a) da participação no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas; e (b) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As atividades das controladas são como segue:

(i) Tyburn Limited

Tem por objeto participações em empresas, promoção e coordenação de investimentos próprios ou de terceiros, em projetos de qualquer natureza, podendo, para este fim, participar do capital social de outras sociedades.

(ii) Companhia de Navegação Norsul

Operando desde 1963, de forma ininterrupta, a Companhia de Navegação Norsul (“Companhia” ou “Norsul”) é uma sociedade anônima de capital fechado com a participação em outras sociedades, nacionais e estrangeiras e uma das empresas líderes da navegação privada no Brasil.

A Norsul é especialista no transporte de todo e qualquer tipo de carga a granel e neo-granel, carga geral, carga de projeto e carga líquida/químico, na cabotagem e no longo curso, por meio de embarcações próprias e afretadas.

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Participação de não controladores

A participação societária detida por sócios não controladores da Norsul é de 30,16% na seguinte proporção.

- Lorentzen 69,84%;
- Acionista não controlador 30,16%.

(iii) Riobroker (Lorentzen, Platou & Figueiredo) Ltda.

Tem por objeto a corretagem de cargas e embarcações, agenciamento ou representação de terceiros, bem como o investimento no capital social de outras empresas.

O valor contábil dos investimentos está apresentado abaixo:

Investimentos	%	31/12/2022	Ajustes de conversão	Dividendos/JCP	Ganho ou Perda	31/12/2023
Cia. Navegação Norsul	69,84%	1.059.595	(36.657)	(175.302)	156.495	1.004.131
Tyburn Ltd.	100%	458.563	(33.718)	-	22.256	447.101
Outros		16	-	-	-	16
Total		1.518.174	(70.375)	(175.302)	178.751	1.451.248

	%	31/12/2022	Ajustes de conversão	Dividendos/JCP	Ganho ou Perda	31/12/2023
Passivo a descoberto						
RioBroker	33,33%	(263)	-	-	(1)	(264)
Total		(263)	-	-	(1)	(264)

O resumo das demonstrações contábeis das controladas que são consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	Norsul		Tyburn		Riobroker	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	876.989	959.401	447.099	458.561	110	112
Ativo não circulante	1.018.740	997.576	-	-	-	-
Total	1.895.729	1.956.977	447.099	458.561	110	112
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	360.536	391.511	-	-	468	468
Passivo não circulante	97.366	48.219	-	-	433	433
Patrimônio líquido	1.437.827	1.517.247	447.099	458.561	(791)	(789)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Total	1.895.729	1.956.977	447.099	458.561	110	112

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Norsul		Tyburn		Riobroker	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita líquida	1.260.820	2.189.256	-	-	-	-
Custo de vendas	(1.060.153)	(1.959.217)	-	-	-	-
Despesas operacionais	(1.406)	(19.827)	(365)	(2.072)	(12)	(20)
Resultado financeiro líquido	73.533	26.724	22.621	(20.249)	9	10
Participação nos lucros e resultados	(11.442)	(12.651)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(37.265)	(36.317)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>224.087</u>	<u>187.968</u>	<u>22.256</u>	<u>(22.321)</u>	<u>(3)</u>	<u>(10)</u>

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	4	5
Bancos	12	57	28.246	33.874
Aplicações financeiras	35.837	20.213	280.481	154.971
Total	<u>35.849</u>	<u>20.270</u>	<u>308.731</u>	<u>188.850</u>

Na controladora as aplicações financeiras registradas em caixa e equivalente de caixa se referem às operações compromissadas mantidas em bancos, considerados pela Administração como de primeira linha, e possuem liquidez imediata.

(i) Informações da controlada Norsul:

No consolidado as aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa referem-se aos fundos de investimento, em reais e em dólares norte-americanos, administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BTG DTVM"), cujos rendimentos são compatíveis aos de mercado e cujo vencimento original é inferior à 3 (três) meses.

As aplicações financeiras, detalhadas por tipo de aplicação e instituição financeira, estão demonstradas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de instrumento	Empresa	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Banco BTG Pactual S.A.	Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	Norsul	172.635	23.746
Banco BTG Pactual S.A.	Letras Financeiras - LF	Norsul	20.480	-
Banco BTG Pactual S.A.	Treasury Bills	Norsul	51.450	110.932
Itaú Unibanco S.A.	Investimentos	Riobroker	79	80
Itaú Unibanco S.A.	Investimentos	Lorentzen	35.827	20.213
			<u>280.471</u>	<u>154.971</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- (i) Refere-se à operação de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor (instituição financeira), concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador (Grupo) em um prazo inferior à 3 (três) meses;
- (ii) Para minimizar eventuais impactos decorrentes de uma valorização da moeda local em seus custos denominados em reais (R\$), o Grupo protege sua exposição cambial utilizando instrumentos de opções (contratos de "hedge" de exposição cambial). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os referidos instrumentos geraram um impacto líquido positivo no montante de R\$2.750, enquanto em 2022 geraram um impacto líquido negativo no montante de R\$2.297, reconhecidos no resultado financeiro do Grupo.

4 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
LFT	-	-	96.057	90.784
Debêntures	-	-	7.219	6.414
Letra financeira	-	-	141.819	114.885
Investimento exterior	-	-	-	-
Fundo de investimento	-	-	682.335	579.522
CDB	2.208	48.071	1.872	48.071
Outros Títulos	1.872	2.374	75.361	179.930
Total	4.080	50.445	1.004.663	1.019.606
Circulante	4.080	50.445	734.373	826.830
Não circulante	-	-	270.290	192.776

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do Fundo Reno FIM CP IE no montante de R\$438.271 - Consolidado (R\$370.728 em 31 de dezembro de 2022 - Consolidado), sendo R\$245.156 (R\$346.982 em 31 de dezembro de 2022) classificado como títulos e valores mobiliários e R\$280.471 (R\$154.971 em 31 de dezembro de 2022) como equivalentes de caixa.

O Fundo Reno foi constituído em 16 de dezembro de 2008, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tendo iniciado suas atividades em 27 de agosto de 2009. As atividades de administração e custódia dos ativos financeiros detidos pelo Fundo Reno competem ao BTG DTVM e ao Banco BTG Pactual S.A., respectivamente.

Instituição financeira	Tipo de instrumento	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Banco BTG Pactual S.A.	Bonds	186.593	87.042
Banco BTG Pactual S.A.	Ações	42.154	41.106
Banco BTG Pactual S.A.	"Money markets"	1.325	2.187
Banco BTG Pactual S.A.	Outros	13.863	679
Total - Fundo Faerder		243.935	131.014

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo do Fundo Faerder SPC era como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos títulos e valores mobiliários do fundo de investimento Reno, por tipo de operação e data de vencimento, é como segue:

Instituição financeira	Tipo de instrumento	Prazo de vencimento			31/12/2023
		Sem vencimento ou em até 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Acima de 24 meses	
BTG DTVM	Debêntures	7.219	-	-	7.219
BTG DTVM	LF	60.807	81.012	-	141.819
BTG DTVM	LFT	-	14.265	81.792	96.057
BTG DTVM	Outros	61	-	-	61
Total - Fundo Reno		<u>68.087</u>	<u>95.277</u>	<u>81.792</u>	<u>245.156</u>
Circulante					68.087
Não circulante					177.069

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos títulos e valores mobiliários do fundo de investimento Faerder, por data de vencimento, é como segue:

Instituição financeira	Tipo de instrumento	Prazo de vencimento			31/12/2023
		Sem vencimento ou em até 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Acima de 24 meses	
BTG DTVM	Debêntures	6.414	-	-	6.414
BTG DTVM	Cotas de fundos de investimento	134.746	-	-	134.746
BTG DTVM	LF	26.024	44.455	44.406	114.885
BTG DTVM	LFT	53.014	-	37.770	90.784
BTG DTVM	Outros	153	-	-	153
Total - Fundo Reno		<u>220.351</u>	<u>44.455</u>	<u>82.176</u>	<u>346.982</u>
Circulante					220.351
Não circulante					126.631

As controladas direta e indireta, Norwest e Arlott Shipping Co. LLP adquiriram Bonds, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$261.891 e R\$132.073, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Tyburn Limited possuía, contabilizados a valor de mercado, títulos e valores mobiliários em fundo de investimento ("FI"), totalizando R\$ 436.194.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contabilizados a títulos de ações Melhoramentos o valor de R\$ 2.208 e valores aplicados em Renda Fixa no valor de R\$ 1.872 no China Construction Bank (CCB Brasil).

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Instituição	Empresa	Circulante	Não circulante	31/12/2023
Fundo Faerder	Norsul	150.714	93.221	243.935
Fundo Reno	Norsul	68.087	177.069	245.156
Bonds	Norsul	75.298	-	75.298
Subtotal		294.099	270.290	564.389
Westly Capital Partners Fund LP	Tyburn	2.041	-	2.041
Banco BTG Pactual	Tyburn	5.810	-	5.810
Faerder Investment Fund SPC	Tyburn	428.343	-	428.343
Subtotal		436.194	-	436.194
Ação Melhoramentos	Lorentzen	1.872	-	1.872
CDB POS SNA	Lorentzen	2.208	-	2.208
Subtotal		4.080	-	4.080
Total		734.373	270.290	1.004.663

5 Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Atividade operacional - clientes	181.535	249.413
Arrendamento mercantil das embarcações	36.256	124.233
Provisão para perda esperada de créditos	(7.259)	(8.191)
	210.532	365.455
Circulante	198.904	289.698
Não circulante	11.628	75.757

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	190.380	272.169
Vencidos até 30 dias	4.497	4.542
Vencidos entre 31 e 360 dias	4.027	12.987
> 365 dias	11.628	75.757
	210.532	365.455

A Administração da controlada Norsul faz uma avaliação individual de seus clientes e quando aplicável constitui uma Provisão para Perdas Esperadas de Créditos.

A movimentação do saldo da rubrica "Provisão para perdas estimadas de créditos" está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	8.191	492
Provisões (adições) ⁽¹⁾	668	7.733
Reversões (baixas)	(1.600)	(34)
Saldo final	7.259	8.191

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- (*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Controlada Norsul reavaliou as chances de recebimento de um recebível referente a um cliente "spot", no montante de R\$7.733, vencido há longa data, e que já se encontra em cobrança judicial. Desta forma, com base na deterioração das chances de recebimento do referido montante, a Administração optou por registrar uma provisão para a totalidade deste recebível.

Desde setembro de 2023, a Companhia vem recebendo um valor fixo mensal pago pelo cliente de forma voluntária, tendo sido recebido o montante de aproximadamente R\$1.470 até 31 de dezembro de 2023. Apesar deste recebimento parcial, a Companhia entende que o risco de não recebimento é alto, razão pela qual manteve a provisão para perda estimada de créditos.

A parcela não circulante do contas a receber, que se refere a operação de arrendamento mercantil de embarcações, possui o seguinte prazo de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Arrendamento mercantil de embarcações	11.628	11.628

O arrendamento mercantil financeiro está indexado à variação da taxa de câmbio, acrescido de juros de 7,30% a 9,25% a.a., pelo sistema da "Tabela Price". A parcela do principal é compensada do saldo a receber e os juros são registrados como receita financeira na demonstração do resultado do exercício.

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL	9.565	9.381	55.847	70.734
IRRF	17.421	8.469	8.107	8.116
PIS e COFINS	3.705	3.942	11.392	9.999
PIS/COFINS/CSLL a recuperar	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>
Total	<u>30.693</u>	<u>21.794</u>	<u>75.348</u>	<u>88.851</u>
Circulante	30.693	21.794	54.118	88.851
Não circulante			21.230	-

a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Lorentzen	13.698	13.619
Norsul	61.619	75.203
Riobroker	31	29
Total	<u>75.348</u>	<u>88.851</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

7 AFRMM - Adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
AFRMM a aplicar		
Parcela liberada ⁽ⁱ⁾	699	42.529
Parcela não liberada ⁽ⁱⁱ⁾	25.434	16.752
Total	26.133	59.281
Circulante	699	42.529
Não circulante	25.434	16.752

- (i) Refere-se aos valores analisados e creditados em conta corrente específica junto ao Banco do Brasil. Esses depósitos destinam-se exclusivamente, à construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos pelo FMM para aquisição de embarcações construídas em estaleiros nacionais;
- (ii) As parcelas da taxa adicional referente a serviços prestados (AFRMM), ainda em análise, são registradas em contas do ativo não circulante (AFRMM gerado a receber) e do passivo não circulante (AFRMM a aplicar), da seguinte forma:

R\$983 em análise pelo Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM e R\$20.616 em análise pela Receita Federal do Brasil - RFB (R\$983 e R\$9.946 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente) na Controladora;

R\$1.776 em análise pelo DEFMM e R\$23.658 em análise pela RFB (R\$1.776 e R\$14.976 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente) no Consolidado.

Passivo	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
AFRMM a aplicar	26.133	59.281
Receitas diferidas de AFRMM	28.420	6.597
	54.553	65.878
Circulante	699	42.529
Não circulante	53.854	23.349

À medida que esses recursos são disponibilizados e posteriormente utilizados pelo Grupo, eles são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício na data de sua utilização, com exceção dos recursos utilizados nas amortizações das embarcações próprias que são transferidas para receita diferida (Receitas diferidas de AFRMM) e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a vida útil remanescente das embarcações.

No exercício de 2023 foram diferidos e reconhecidos no passivo os montantes de R\$11.508 (R\$6.127 em 2022) na Controladora e R\$28.420 (R\$6.597 em 2022) no Consolidado, tendo sido apropriado ao resultado o montante de R\$43.022 (R\$7.171 em 2022) na Controladora e de R\$48.902 (R\$9.778 em 2022) no Consolidado, e serão transferidos para o patrimônio líquido, na rubrica de "Reserva de Incentivos Fiscais de AFRMM" ao final do exercício social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Ativo	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 1º de janeiro	59.281	27.610
Gerado	38.758	47.575
Utilizado	(71.906)	(15.904)
Saldos em 31 de dezembro	<u>26.133</u>	<u>59.281</u>
Circulante	699	42.529
Não circulante	25.434	16.752

8 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Afretamentos a apropriar	4.116	6.150
Seguros		
Casco e máquina ("Hull and machinery")	2.092	705
Responsabilidade civil ("Protection and indemnity - P&I")	821	2.253
Administração ("Directors and officers - D&O")	144	160
Outros	2.697	796
Total	<u>9.870</u>	<u>10.064</u>

9 Dividendos e JCP a receber

Controladas	31/12/2023		
	Dividendos a receber	Juros sobre Capital Próprio a receber	Total
Tyburn Ltd.	-	-	-
Cia. Navegação Norsul	27.841	96.305	124.146
RioBroker	-	-	-
			<u>124.146</u>
Controladas	31/12/2022		
Controladas	Dividendos a receber	Juros sobre Capital Próprio a receber	Total
Tyburn Ltd.	-	-	-
Cia. Navegação Norsul	29.555	46.327	75.882
RioBroker	-	-	-
			<u>75.882</u>

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

10 Investimentos

	Controladora	
	2023	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	1.451.232	1.518.158
Outros	16	16
Total	<u>1.451.248</u>	<u>1.518.174</u>

a) Composição

	2023	2022
Cia. Navegação Norsul	1.004.131	1.059.595
Tyburn Ltd.	447.101	458.563
Tora S/A	16	16
Total	<u>1.451.248</u>	<u>1.518.174</u>

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Informações relevantes sobre as investidas						31/12/2022	
Investimentos	Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	% Participação da Companhia no Capital Social	Saldo do Investimento	Resultado de Equivalência Patrimonial
Tyburn Ltd.	458.561	-	458.561	22.321	100%	458.561	(22.321)
Cia. Navegação Norsul	1.956.977	439.730	1.517.247	187.968	69,84%	1.059.597	131.271
Outros	-	-	-	-	-	16	-
						<u>1.518.174</u>	<u>108.950</u>

Informações relevantes sobre as investidas						31/12/2022	
Investimentos (Passivo a Descoberto)	Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	% Participação da Companhia no Capital Social	Saldo do Investimento	Resultado de Equivalência Patrimonial
RioBroker	112	901	(789)	(10)	33,33%	(262)	(3)
						<u>(262)</u>	<u>(3)</u>
Total equivalência patrimonial em 2022							<u>108.946</u>

Informações relevantes sobre as investidas						31/12/2023	
Investimentos	Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	% Participação da Companhia no Capital Social	Saldo do Investimento	Resultado de Equivalência Patrimonial
Tyburn Ltd.	447.099	-	447.099	24.139	100%	447.099	22.256
Cia. Navegação Norsul	1.895.729	457.902	1.213.740	224.087	69,84%	1.004.133	156.495
Outros	-	-	-	-	-	16	-
						<u>1.451.248</u>	<u>178.751</u>

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Informações relevantes sobre as investidas						31/12/2023	
Investimentos (Passivo a Descoberto)	Total do ativo	Total do passivo	Total do patrimônio líquido	Resultado do exercício	% Participação da companhia no capital social	Saldo do Investimento	Resultado de Equivalência Patrimonial
RioBroker	110	901	(779)	(12)	33,33%	(263)	(1)
						(263)	(1)
Total equivalência patrimonial em 2023							<u>178.750</u>

Movimentação dos investimentos					
Investimentos	Saldo em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos / JCP	Saldo em 31/12/2023
Tyburn Ltd.	352.436	22.256	(33.718)	-	340.974
Cia. Navegação Norsul	1.165.722	156.495	(36.657)	(175.302)	1.110.258
Tora S/A	16	-	-	-	16
Total	<u>1.518.174</u>	<u>178.751</u>	<u>(70.375)</u>	<u>(175.302)</u>	<u>1.451.248</u>

Passivo a Descoberto	Saldo em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos / JCP	Saldo em 31/12/2023
RioBroker	(262)	(1)	-	-	(263)
Total	<u>(262)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(263)</u>

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos / JCP	Saldo em 31/12/2022
<u>Investimentos</u>					
Tyburn Ltd/.	576.073	(22.321)	(36.737)	(164.579)	352.436
Cia. Navegação Norsul	1.129.640	131.270	(38.711)	(56.478)	1.165.722
Tora S/A	16	-	-	-	16
Total	<u>1.705.729</u>	<u>108.949</u>	<u>(75.448)</u>	<u>(221.057)</u>	<u>1.518.174</u>
<u>Passivo a Descoberto</u>					
RioBroker	(259)	(3)	-	-	(262)
Total	<u>(259)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

11 Imobilizado

	Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	Embarcações	Outros	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	973.428	34.134	1.007.562
Adições ⁽ⁱⁱ⁾	28.768	65.468	7.297	101.533
Baixas	-	(24.599)	(237)	(24.836)
Ajuste acumulado de conversão ^(iv)	-	(45.059)	(739)	(45.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.768	969.238	40.455	1.038.461
Adições ⁽ⁱⁱ⁾	5.711	40.370	6.220	52.301
Transferências	(34.479)	34.479	-	-
Baixas ^(iv)	-	(7.369)	(336)	(7.705)
Transferência para ativo circulante disponível para venda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(70.228)	-	(70.228)
Ajuste acumulado de conversão ^(iv)	-	(53.080)	(738)	(53.818)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	913.410	45.601	959.011
Depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment)				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(414.970)	(11.374)	(426.344)
Adições	-	(84.316)	(2.990)	(87.306)
Baixas	-	24.517	-	24.517
Ajuste acumulado de conversão ^(vii)	-	14.624	19	14.643
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(460.145)	(14.345)	(474.490)
Adições	-	(96.916)	(3.829)	(100.745)
Baixas	-	6.559	-	6.559
Transferência para ativo circulante disponível para venda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	67.302	-	67.302
Ajuste acumulado de conversão ^(vii)	-	24.493	124	24.617
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(458.707)	(18.050)	(476.757)

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Adiantamentos para aquisição de imobilizado (i)	Imobilizações em andamento	Embarcações	Outros	Total
Saldo Líquido em 31/12/2022	28.768	-	509.093	26.130	563.991
Saldo Líquido em 31/12/2023	-	-	454.700	27.571	482.271

(i) Referem-se a adiantamentos a fornecedores de imobilizado, a serem aplicados na docagem de determinadas embarcações. Quando a docagem for efetivamente incorrida, os valores antecipados são devidamente alocados ao custo de cada embarcação individualmente.

(ii) Adições (aquisições)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia capitalizou os montantes de R\$40.370 e de R\$65.468, respectivamente, referentes aos custos de docagem de determinadas embarcações.

(iii) Refere-se à transferência do valor contábil residual da embarcação de carga geral “Vitoria Bay”, no montante de R\$2.926, do ativo imobilizado para o ativo não circulante disponível para venda, considerando a intenção da Administração em vender a referida embarcação.

(iv) Determinadas controladas da Companhia possuem moedas funcionais distintas do Real brasileiro. Desta forma, no Consolidado, está sendo apresentado o ajuste de conversão das moedas funcionais das controladas para a moeda de apresentação da Companhia (R\$).

As controladas realizaram avaliação de recuperabilidade e não identificaram impactos de impairment

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

12 Direito de uso (arrendamento)

A movimentação dos ativos de direito de uso de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Embarcações	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.822	88	1.910
Adições	-	2.566	193	2.759
Baixas	-	(1.664)	-	(1.664)
Amortizações	-	(769)	(33)	(1.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.955	48	2.003
Adições	-	2.556	659	3.215
Baixas	-	-	-	-
Amortizações	-	(1.312)	(323)	(1.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	3.199	384	3.583
Não circulante	-	3.199	384	3.583

13 Passivo de arrendamento

A movimentação dos passivos de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Embarcações	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	2.613	114	2.727
Adições	-	2.567	193	2.760
Baixas	-	-2.024	-	-2.024
Amortizações	-	-1.270	-214	-1.484
Juros pagos	-	-131	-62	-193
Juros apropriados	-	256	20	276
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	2.011	51	2.062
Adições	-	2.556	659	3.215
Baixas	-	-	-	-
Amortizações	-	-1.335	-352	-1.687
Juros pagos	-	-118	-33	-151
Juros apropriados	-	277	90	367
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	3.391	415	3.806
Circulante	-	1.321	349	1.670
Não circulante	-	2.070	66	2.136

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Cronograma de amortização

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de amortização, por ano de vencimento, está demonstrado a seguir:

Análise da maturidade. (fluxo de caixa contratual não descontado)	Consolidado
2024	1.995
2025	1.158
2026 em diante	1.217
Total do passivo de arrendamento não descontado	4.370
Ajuste a valor presente - AVP	(564)
Total do passivo de arrendamento	<u>3.806</u>
Circulante	1.670
Não circulante	2.136

14 Empréstimos e financiamentos

Consolidado						
Instituição Financeira	Objeto (i)	Indexador	Vencimento última parcela	Encargos financeiros	2023	2022
Empréstimo			jan/23	2% a.a		
Banco CCB	Lorentzen				-	53.255
Total					-	53.255
Circulante					-	53.255
Não circulante					-	-

15 Debêntures

15.1 Características

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Classificação da emissão	6ª emissão
Data da emissão	20 de dezembro de 2023
Data final da liquidação	15 de janeiro de 2034
Quantidade	275.000.000
Valor total da emissão	R\$ 275 milhões
Espécie	Não gozaram de preferência, de forma que concorreram ao patrimônio da Emissora
Forma	As Debêntures não serão conversíveis em ações, de qualquer natureza e/ou espécie, de emissão da Emissora
Remuneração mensal	IPCA
Pagamento da remuneração mensal	Semestralmente, a partir de 15 de janeiro de 2026
Data de Vencimento	Terão vencimento em 15/01/2034

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

As debêntures estão classificadas nas demonstrações contábeis pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Debentures a Pagar	275.242	278.315	275.242	278.315
	<u>275.242</u>	<u>278.315</u>	<u>275.242</u>	<u>278.315</u>
Circulante	-	33.315	-	33.315
Não Circulante	275.242	245.000	275.242	245.000

Não há cláusulas restritivas nas operações acima.

16 Provisão de férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos sociais	3	1	9.996	8.655
Encargos sociais sobre folha de pagamento	-	-	2.733	2.803
Antecipações de férias	-	-	(192)	(386)
Outros	-	-	72	102
Total	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>12.609</u>	<u>11.174</u>

17 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS a recolher	1.872	903	4.410	3.609
COFINS a recolher	8.628	4.165	20.801	16.980
ICMS a recolher	-	-	9.374	8.320
Imposto de renda retido na fonte	-	1	27.757	15.609
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	3.135	4.458
Contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-
Outros	1	2	27	205
Total de impostos e taxas a recolher	10.501	5.071	65.504	49.181

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Lorentzen	10.501	5.071
Tyburn	-	-
Norsul	55.003	44.110
Riobroker	-	-
Total	65.504	49.181

18 Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (consolidado)

A controladora não possui saldos em aberto de processos com expectativa de perda possível ou provável.

Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável

Durante o curso normal de suas atividades, o Grupo está exposto a reclamações de natureza trabalhista, fiscal, cível e ambiental. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para o Grupo. Com base nesta avaliação, a Administração registou provisão para cobrir as prováveis perdas referentes a processos de natureza tributária/previdenciária, cível e trabalhista.

A movimentação da provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Tributário / previdenciário	Cível	Trabalhista	2023	2022
Saldo inicial	13.119	7.835	3.033	23.987	22.379
Adições	1.336	1.684	1.161	4.181	4.432
Reversões / Baixas	(3.454)	(7.835)	(759)	(12.048)	(2.824)
Saldo final	11.001	1.684	3.435	16.120	23.987

a) Contingências de natureza tributária e previdenciária

O Grupo constitui provisão para ações previdenciárias e tributárias no que se refere, principalmente, a:

- (i) Auto de infração de INSS, no montante atualizado de R\$11.001 e de R\$9.665 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, (R\$3.932 - valor histórico), referente às competências agosto de 1999 a dezembro de 2005, constituído sobre ajuda de custo paga aos colaboradores. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação no TRF 1ª região. Este processo possui depósito judicial no montante integral do crédito fiscal constituído.

(ii) Requerimento de compensação integral do saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL apurados até o ano base de 1994, no montante de R\$3.553 e de R\$3.454 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente, (R\$1.640 - valor histórico), sem as limitações impostas pelas Leis nº 8.981/95 e 9.065/95. Os Autos foram remetidos à 1ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e aguardavam julgamento de agravo em recurso especial. Este processo possui depósito judicial no montante integral do crédito fiscal constituído. Esse processo teve uma sentença desfavorável para a Companhia, tendo a aplicação do entendimento STF de limitação do direito de compensação dos prejuízos fiscais. O processo transitou em julgado, e no momento aguarda-se a remessa dos autos para conversão do depósito judicial em renda em favor da União. Com base nessa decisão, a Companhia reverteu a provisão para contingência, registrando um contas a pagar

b) Contingências de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou provisão para contingências, no valor de R\$1.684, em decorrência da discussão da tabela de correção dos valores dos serviços prestados por determinadas empresas de praticagem.

c) Contingências de natureza trabalhista

O Grupo constitui provisão para contingências envolvendo reclamações trabalhistas, principalmente no que se refere a ações ingressadas por pessoas físicas requerendo equiparações salariais, complementos de horas extras, pedidos de insalubridade, periculosidade e responsabilidade subsidiária, entre outras. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo possui contingências de natureza trabalhista no montante total de R\$3.240 e de R\$2.838, respectivamente.

Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível

Em 31 de dezembro de 2023, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não estão provisionados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e são compostos, substancialmente, por processos de natureza tributária/previdenciária e trabalhista, como segue:

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias e previdenciárias ⁽ⁱ⁾	382.807	282.088
Cível ⁽ⁱⁱ⁾	10.238	8.315
Trabalhista ⁽ⁱⁱ⁾	14.595	10.132
Total	407.640	300.535

- (i) Desse montante, R\$160.827 e R\$237.104 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente (R\$78.704 - valor histórico) refere-se ao Auto de Infração lavrado pelo Estado do Pará, no qual são cobrados o ICMS das competências de Jan/1999 a Dez/2010. Os autos de infração decorrem de suposta prática de subfaturamento de preços nas operações interestaduais quando comparados aos preços praticados em operações internas, as quais possuem benefício de diferimento do tributo (Lei nº 5.758/1993, alterada pela Lei nº 6.307/2000).

No total, 19 (dezenove) autos de infração foram lavrados em março de 2012. No período entre 07 de agosto de 2019 e 21 de outubro de 2019, foram 14 (quatorze) autos de infração encerrado em recurso administrativo, com decisão desfavorável à Companhia. Embora os 5 (cinco) autos de infração restantes ainda estejam pendentes de decisão administrativa definitiva, a Companhia decidiu ingressar com recurso de anulação de débitos tributários na Justiça, os quais foram interpostos pela Companhia em 04 de março de 2021. Em Dezembro de 2021 iniciou-se o processo de execução fiscal iniciado pela Fazenda Nacional, que se encontra garantido pela Companhia pela contratação de seguro-garantia.

A Administração do Grupo, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, classifica como possíveis as chances de êxito dos referidos recursos anulatórios, principalmente em razão de requerimentos improcedentes formulados pelo Estado do Pará em seus autos de infração.

- (ii) Refere-se a uma ação indenizatória ajuizada por um cliente, em decorrência de uma suposta avaria de carga transportada pela Companhia, cujo processo encontra-se tramitando em fase inicial de perícia.
- (iii) Refere-se, substancialmente, a processos trabalhistas movidos por ex-colaboradores relacionados, principalmente, a equiparações salariais, complementos de horas extras, pedidos de insalubridade, periculosidade e responsabilidade subsidiária, entre outras.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos do Grupo, referem-se às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os depósitos judiciais estão relacionados, substancialmente, a contingências tributárias e previdenciárias.

A movimentação dos depósitos judiciais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	883	883	95.748	80.899
Adições (i)	38	-	13.060	13.015
Baixas	-	-	(1.347)	(4.009)
Atualização monetária (ii)	-	-	8.399	5.843
Saldo em 31 de dezembro	921	883	115.860	95.748

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, do valor total de R\$13.060 e R\$13.015 (Consolidado), respectivamente, se refere ao valor depositado judicialmente referente ao pagamento em consignação do valor de dividendos proporcional à 7% das ações da Companhia;
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou, por meio dos extratos bancários disponibilizados pelas instituições financeiras custodiantes, a atualização monetária dos depósitos judiciais, reconhecendo em seu resultado financeiro os montantes de R\$8.399 no Consolidado (R\$5.843 em 2022).

19 Dividendos e JCP a Pagar

A Companhia optou por deliberar juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos da legislação vigente, no valor de R\$79.000 (R\$18.000 foram deliberados em 31 de dezembro de 2022) e também deliberou dividendos no montante de R\$28.000 (R\$17.489 foram deliberados em 2022). A composição dos está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora	
	2023	2022
Saldo de abertura	68.572	42.083
Juros sobre capital próprio propostos	79.000	18.000
Juros sobre capital próprio pago	(43.000)	(9.000)
Dividendos propostos	28.000	17.489
Dividendos pagos	(50.572)	-
Dividendos e Juros s/Capital Próprio a pagar	82.000	68.572

Descrição	Controladora	
	2023	2022
Dividendos a pagar	28.000	50.572
Juros sobre capital próprio a pagar	54.000	18.000
Total	82.000	68.572

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

20 Provisões

	Consolidado	
	2023	2022
Provisão para bônus de colaboradores (PLR)	11.442	12.651
Provisão para Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	10.452	12.813
Provisão para RAT/FAP (INSS) ⁽ⁱ⁾	5.494	9.156
Provisão para créditos presumidos - ICMS ⁽ⁱⁱ⁾	16.138	16.137
Provisão para diferencial de alíquota - DIFAL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8.176	8.528
Provisão para fornecedores	9.676	8.720
Provisão para custo de comboios ^(iv)	186	13.400
Provisão para afretamento de embarcações	464	37.048
Provisão para INSS	934	934
Total	<u>62.962</u>	<u>119.387</u>
Circulante	38.648	119.387
Não circulante	24.314	-

- (i) Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e Fator Acidentário de Prevenção (FAP);
- (ii) Provisão de ICMS sobre as alterações perpetradas no art. 107, III, do Decreto nº 1.090-R/02 (RICMS/ES) pelos arts. 2º e 3º do Decreto nº 3.969-R, de 06.05.2016, o qual revogou o crédito presumido de 20% para o cálculo do ICMS durante o período de 2016 a 2018.
- (iii) ICMS sobre transferência de mercadorias entre filiais. O montante encontra-se depositado judicialmente e o passivo constituído, considerando o processo que tramita na 2ª Vara de Fazenda Pública Estadual de Vitória (ES), sobre a não tributação entre operações de transferência entre filiais. A partir de 1º de janeiro de 2024, o ICMS nas transferências não é considerado fato gerador de ICMS, conforme art. 12 §4º da Lei Complementar nº 87/1996 e Decreto Estadual do ES nº 5.590-R/2024
- (iv) No contrato modelo "open book", aplicável às operações de comboios, o Grupo incorre nos custos necessários à prestação dos serviços, que são posteriormente reembolsados pelos clientes. Considerando que em junho de 2020 a Controlada Norsul obteve decisão favorável na ação judicial que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a Controlada Norsul, provisionou os valores passíveis de ressarcimento aos clientes, tendo em vista que em um primeiro momento, os clientes reembolsaram o PIS e a COFINS recolhidos pelo Grupo ainda considerando a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 2022, foi realizada uma baixa nessa provisão, no montante de R\$16.887, em decorrência do ressarcimento desse crédito, por parte da Controlada Norsul, à um dos clientes da operação de comboios.

21 Imposto de renda e Contribuição social diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos

Os valores do Imposto de Renda e da Contribuição Social que afetaram o resultado do exercício estão apresentados a seguir:

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento financeiro - arrendador	44.406	31.807
Arrendamento financeiro - arrendatário	2.692	3.045
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL - lucro real trimestral (i)	40.909	-
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota 18)	4.840	5.974
Provisão para RAT/FAP (INSS)	1.868	3.113
Provisão para ACT/bônus de colaboradores	7.444	8.658
Provisão para créditos presumidos ICMS	5.487	5.487
Provisão para diferencial de alíquota DIFAL	2.780	2.900
Provisão para perda de valor recuperável ("impairment") (ii)	4.633	4.633
Provisões diversas	11.265	13.308
Subtotal - ativo	126.324	78.925
Receita de variação cambial tributada pelo regime de caixa	(7.876)	(15.852)
Resultado de controladas não tributadas no exterior (iii)	(42.676)	(30.821)
Depreciação acelerada incentivada	(6.690)	(9.816)
Subvenção governamental (AFRMM)	(4.754)	(1.277)
Subvenção governamental (ICMS Diferido)	(2.492)	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota 18)	(10.827)	(8.933)
Subtotal - passivo	(75.315)	(66.699)
Total	51.009	12.226

- (i) A partir do exercício de 2023 a Companhia optou por efetuar a apuração do IRPJ e da CSLL em base trimestral. No 4º trimestre de 2023, a Companhia apresentou prejuízo fiscal em decorrência, substancialmente, do efeito da dedutibilidade do JCP (ano corrente e anos anteriores), também realizado no 4º trimestre de 2023. A Companhia possui expectativa de compensar o saldo de prejuízo fiscal até o final de 2024.
- (ii) Refere-se ao efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre a provisão para redução ao valor recuperável (impairment) da barcaça Norsul 14, no montante de R\$13.626, refletindo a baixa expectativa de utilização e geração de fluxos de caixa futuros desta embarcação.
- (iii) Em 11 de janeiro de 2021, o Juízo da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro deferiu o pedido liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 5093435-70.2020.4.02.5101, impetrado pela controlada Norsul, tendo sido a sentença favorável à controlada proferida em 1º de fevereiro de 2021, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário relativamente ao IRPJ e a CSLL calculados sobre as parcelas dos lucros auferidos por suas controladas domiciliadas no exterior (Luxemburgo), antes da efetiva disponibilização e remessa dos lucros, com sua entrega e ingresso no patrimônio da Controlada Norsul, a serem adicionadas na apuração desses tributos em 31 de dezembro de 2021, cujo vencimento da respectiva obrigação ocorreria tão somente em 31 de janeiro de 2022, afastando-se, portanto, o regime de tributação constante dos artigos 76, 77 e seguintes da Lei nº 12.973/2014, que dispõe, dentre outros, sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. Desta forma, a Controlada Norsul procedeu à contabilização do IRPJ e CSLL diferidos passivos sobre o valor dos lucros auferidos por suas controladas domiciliadas no exterior, cuja tributação está sendo diferida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

b) Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado - Controlada Norsul

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto de renda e a contribuição social. Os saldos de impostos diferidos no final de cada exercício são calculados utilizando a taxa em vigor e os saldos fiscais vigentes em cada final de exercício incluem os impostos a serem pagos atualmente. As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, encontram-se apresentados na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	261.352	224.285
Alíquota nominal combinada de imposto IRPJ e CSLL à alíquota nominal	34%	34%
	(88.860)	(76.257)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva		
Resultado de equivalência patrimonial (i)	-	-
Créditos presumidos - ICMS	-	9.737
Resultado de controladas não tributadas no exterior (ii)	-	-
Juros sobre o capital próprio	55.160	26.535
Diferenças permanentes - diversos (iii)	(3.565)	3.668
IRPJ e CSLL reconhecidos no resultado	(37.265)	(36.317)
Corrente	(76.047)	(55.227)
Diferido	38.782	18.910

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o efeito do IRPJ e da CSLL sobre o resultado de equivalência patrimonial, está demonstrado líquido do efeito do IRPJ e da CSLL sobre o resultado auferido pelas controladas no exterior, no montante de R\$14.615 (R\$10.492 em 31 de dezembro de 2022), cuja exigibilidade dos tributos se dará somente quando da efetiva disponibilização dos lucros à Controladora;
- (ii) Refere-se ao efeito da variação cambial sobre os lucros gerados pelas controladas no exterior, uma vez que para fins contábeis é considerada a taxa de câmbio da data de cada transação (taxa histórica), enquanto para fins fiscais é considerada a taxa de câmbio do final do período de relatório;
- (iii) Benefícios fiscais (PAT, doações incentivadas, etc.), exclusão do crédito presumido de ICMS e despesas não dedutíveis

22 Patrimônio Líquido

a) Capital autorizado

O capital autorizado é de R\$420.039 competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a emissão de novas ações.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 420.039 (R\$ 384.586 em 2022), representado por 258.707.630 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

c) Resultado por ação

O lucro líquido básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores, pela quantidade das ações ordinárias durante o exercício.

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), a Companhia está apresentando as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	140.360	73.639
Quantidade de ações ordinárias (milhares de ações)	258.707.630	246.726.866
Resultado básico por ação ordinária (em reais - R\$)	0,54	0,30

d) Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia constituiu reserva legal nos montantes de R\$7.018 e de R\$3.682, respectivamente, e o saldo da reserva legal era de R\$43.618 e de R\$36.600, respectivamente.

e) Dividendos

A política contábil de reconhecimento de dividendos está em conformidade com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício, salvo deliberação contrária pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). O saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for deliberado em Assembleia Geral de Acionistas.

O dividendo mínimo obrigatório é reconhecido como passivo ao encerramento de cada exercício.

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor:

Descrição	2023
Lucro líquido do exercício	140.360
Constituição de reserva legal (5%)	(7.018)
Lucro líquido ajustado	133.342
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	<u>33.335</u>

Em função das deliberações no exercício de 2023 referente a dividendos e JCP da companhia já terem ultrapassado o mínimo obrigatório de 25%, a empresa entende que o valor supracitado de R\$ 33.335 já está escriturado dentro das deliberações expressas abaixo.

A Companhia optou por deliberar juros sobre capital próprio no valor de R\$ 79.000 no exercício de 2023, e dividendos no montante R\$ 28.000 referente ao exercício de 2023 nos termos da legislação vigente:

Em 2023 a Companhia recebeu R\$ 110.044 milhões de JCP e Dividendos e em 2022 recebeu R\$ 140.142 milhões, vide abertura abaixo:

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2023	2022
Tyburn - Dividendos recebidos	-	31.677
Norsul - Dividendos e JCP recebidos	110.044	108.465
Total de JCP + Dividendos Recebidos	<u>110.044</u>	<u>140.142</u>

f) Reserva de lucros a realizar

No exercício de 2023, a Companhia destinou R\$ 61.370 para as contas de reservas, sendo R\$ 7.018 para a reserva legal e R\$ 54.351 para a reserva de lucros a realizar.

Descrição	2023
Lucro do exercício	140.360
(-) Dividendos	-
(-) JCP	(79.000)
Ajuste de Saldo negativo 2022	9
Destinação para Reservas	61.369
Constituição de Reserva Legal	7.018
Constituição de Reserva de Lucros a Realizar	54.351

23 Receitas operacional líquida e custos por natureza

	Consolidado						
	2022						
	Granel seco (cabotagem)	Granel seco (longo curso)	Cargas líquidas	Descarregamento FPSO	Comboios	Logística terrestre	Total
Receita operacional bruta	1.322.714	45.573	97.580	830.304	170.410	757	2.467.338
Impostos sobre a receita:							
ICMS	(106.045)	-	(9.272)	-	(16.514)	-	(131.831)
PIS	(19.584)	-	(1.486)	(2.363)	(2.295)	(12)	(25.740)
COFINS	(90.209)	-	(6.844)	(10.884)	(10.570)	(58)	(118.565)
ISS	(1.913)	-	-	-	-	(33)	(1.946)
Total dos impostos incidentes	<u>(217.751)</u>	<u>-</u>	<u>(17.602)</u>	<u>(13.247)</u>	<u>(29.379)</u>	<u>(103)</u>	<u>(278.082)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.104.963</u>	<u>45.573</u>	<u>79.978</u>	<u>817.057</u>	<u>141.031</u>	<u>654</u>	<u>2.189.256</u>

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Consolidado						
	2023						
	Granel seco (cabotagem)	Granel seco (longo curso)	Cargas líquidas	Descarregamento FPSO	Comboios	Logística terrestre	Total
Receita operacional bruta	936.237	73.386	82.629	177.573	194.211	-	1.464.036
Impostos sobre a receita							
ICMS	(78.694)	-	(7.355)	-	(19.259)	-	(105.308)
PIS	(13.328)	-	(1.271)	-	(2.690)	-	(17.289)
COFINS	(61.255)	-	(5.980)	-	(12.388)	-	(79.623)
ISS	(536)	-	(460)	-	-	-	(996)
Total dos impostos incidentes	(153.813)	-	(15.066)	-	(34.337)	-	(203.216)
Receita operacional líquida	<u>782.424</u>	<u>73.386</u>	<u>67.563</u>	<u>177.573</u>	<u>159.874</u>	<u>-</u>	<u>1.260.820</u>
	Consolidado						
	2022						
	Granel seco (cabotagem)	Granel seco (longo curso)	Cargas líquidas	Descarregamento FPSO	Comboios	Logística terrestre	Total
Custo com afretamento de Embarcações	(488.463)	(11.003)	(20.669)	(791.349)	-	(563)	(1.312.047)
Utilização AFRMM (Nota 7)	4.295	-	5.483	-	-	-	9.778
Custos de viagens	(225.846)	(20.744)	(13.354)	(1.931)	(31.901)	-	(293.776)
Custos com tripulação	(87.787)	-	(19.605)	-	(37.810)	-	(155.157)
Amortização de créditos de carbono	(3.601)	(72)	(257)	-	(147)	-	(4.077)
Suprimentos/ Sobressalentes	(20.622)	-	(3.311)	-	(10.062)	-	(33.995)
Manutenção e reparos	(5.773)	-	(1.110)	-	(15.030)	-	(21.913)
Custo com "shipmanager"	(12.093)	-	(1.537)	-	(17.705)	-	(31.335)
Custo com docagens	(71)	-	(24)	-	(6.775)	-	(6.870)
Prêmio de seguros	(5.517)	-	(1.097)	-	(4.900)	-	(11.514)
Lubrificantes	(5.023)	-	(586)	-	(655)	-	(6.264)
Administração náutica	(9.955)	-	-	-	-	-	(9.955)
Depreciação (Nota 11)	(57.545)	-	(9.871)	-	(2)	-	(67.418)
Amortização de docagens (Nota 12)	(13.418)	-	(3.798)	-	-	-	(17.216)
Outros	(5.189)	-	(708)	-	(1.516)	-	(7.413)
Total	<u>(936.608)</u>	<u>(31.819)</u>	<u>(70.444)</u>	<u>(793.280)</u>	<u>(126.503)</u>	<u>(563)</u>	<u>(1.959.217)</u>

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Consolidado						Total
	Granel seco (cabotagem)	Granel seco (longo curso)	Cargas líquidas	Descarregamento FPSO	Comboios	Logística terrestre	
Custo com afretamento de embarcações	(213.054)	(38.696)	(10.793)	(170.405)	-	-	(432.948)
Utilização AFRMM (Nota 7)	14.404	-	7.169	-	27.329	-	48.902
Custos de viagens	(216.622)	(29.170)	(8.370)	(154)	(45.290)	-	(299.606)
Custos com tripulação	(89.066)	-	(21.973)	-	(36.437)	-	(147.476)
Amortização de créditos de carbono	(2.471)	(171)	(142)	-	(140)	-	(2.924)
Suprimentos/ Sobressalentes	(23.588)	-	(5.403)	-	(2.976)	-	(31.967)
Manutenção e reparos	(6.893)	-	(1.679)	-	(13.695)	-	(22.267)
Custo com "shipmanager"	(13.850)	-	(667)	-	(22.391)	-	(36.908)
Custo com docagens	(8)	-	-	-	(7.260)	-	(7.268)
Prêmio de seguros	(5.177)	-	(709)	-	(5.055)	-	(10.941)
Lubrificantes	(5.694)	-	(622)	-	(1.188)	-	(7.504)
Administração náutica	(7.652)	-	-	-	-	-	(7.652)
Depreciação (Nota 11)	(52.726)	-	(9.920)	-	(9)	-	(62.655)
Amortização de docagens (Nota 12)	(34.072)	-	(1.268)	-	-	-	(35.340)
Outros	(3.762)	-	(1.100)	-	1.263	-	(3.599)
Total	(660.231)	(68.037)	(55.477)	(170.559)	(105.849)	-	(1.060.153)

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

24 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	(56)	(55)
Despesas acessórias	(72.952)	(70.420)
Tributárias	(11.137)	(5.549)
Total	<u>(84.145)</u>	<u>(76.024)</u>

a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Lorentzen	(12.790)	(6.729)
Tyburn	(365)	(2.072)
Norsul	(70.978)	(67.202)
Riobroker	(12)	(21)
Total	<u>(84.145)</u>	<u>(76.024)</u>

25 Outras receitas/(despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ajuste de Ativos a Valor de Mercado	-	70	-	70
Receita de Aluguel	64	64	64	64
Reversão provisão	-	-	13.214	2.222
Reversão de provisão para contingência tributária	-	-	3.354	-
Outras	(164)	(42)	874	191
Receita com venda de embarcações arrendadas a terceiros	-	-	66.678	-
Venda de embarcação	-	-	46.665	51.999
Despesa com venda de embarcações arrendadas	-	-	(33.221)	-
Despesas tributárias	-	-	(412)	(7.079)
Despesa com venda de embarcação (*)	-	-	(7.773)	-
Outras	-	-	(834)	-
Total	<u>(100)</u>	<u>92</u>	<u>88.609</u>	<u>47.467</u>

(*) Desse montante, R\$2.135 (R\$1.587 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao valor residual do ativo não circulante disponível para venda e R\$5.638 (R\$2.089 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022) à comissão pela venda de embarcações e outros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

26 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Variação cambial ativa	20.226	14.531	35.848	84.722
Aplicações financeiras	3.655	3.675	101.506	61.847
Juros de arrendamento mercantil	-	-	5.491	11.185
Juros com partes relacionadas	-	1.241	-	1.241
Outras	1.479	-	1.491	671
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(40)	(1.002)	(40)	(1.002)
Variação cambial passiva	(20.229)	(9.307)	(36.534)	(100.904)
Imposto s/ operação financeira	(117)	(260)	(3.625)	(5.723)
Outras	(30.474)	(37.548)	(33.474)	(74.222)
Resultado financeiro líquido	<u>(25.500)</u>	<u>(28.670)</u>	<u>70.663</u>	<u>(22.185)</u>

a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Lorentzen	(25.500)	(28.670)
Tyburn	22.621	(20.250)
Norsul	73.533	26.725
Riobroker	9	10
Total	<u>70.663</u>	<u>(22.185)</u>

27 Instrumentos financeiros

27.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

Como política de gestão de ativos financeiros, o Grupo busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada aos riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (risco cambial).

O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando dessa forma seu compromisso com uma política conservadora de gestão de caixa.

Exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, a Administração acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não diferem significativamente das taxas de mercado.

Adicionalmente, os montantes das contas a receber de clientes e de fornecedores divulgados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não diferem significativamente dos seus respectivos valores justos devido ao fato de o giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 a 40 dias.

27.2 Gestão dos riscos financeiros

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (risco cambial), conforme descrito a seguir:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a exposição do Grupo à insuficiência de recursos de alta liquidez para cumprir com suas obrigações financeiras, devido ao descasamento de prazos ou volume nos fluxos de caixa estimados do Grupo.

O risco de liquidez é gerenciado por meio da manutenção de reservas adequadas, efetuando o contínuo monitoramento dos fluxos de caixa real e projetado e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As fontes de recursos do Grupo consistem nas receitas auferidas pela prestação de serviços e demais recursos financeiros que podem ser obtidos, como por exemplo, aporte de capital pelos acionistas.

A tabela a seguir detalha a análise de liquidez do Grupo para seus passivos financeiros. A tabela foi elaborada com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados para os instrumentos financeiros. Quando o montante a pagar não é fixado, o montante divulgado foi determinado por meio da projeção de taxas de juros conforme a curva de remuneração destas taxas ao final do exercício:

Ano	31/12/2023 (Consolidado)		
	Fornecedores	Valores a pagar de arrendamento por direito de uso	Total
2024	20.864	1.670	22.534
2025 ou depois	-	2.136	2.136
Total	20.864	3.806	24.670

Risco de crédito

O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento das obrigações contratuais por uma contraparte, resultando em perdas financeiras para o Grupo. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Grupo à concentração do risco de crédito são primariamente: o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e as contas a receber de clientes.

A prática do Grupo é depositar o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários com altos níveis de classificação de crédito (rating). O Grupo limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito.

A Administração considera que o risco de crédito é minimizado pelo fato de que em 2023 aproximadamente 72% (56% em 2021) das receitas de prestação de serviços do Grupo serem suportadas por contratos de longo prazo, com parceiros comerciais de longa data (seis principais clientes). Adicionalmente, o Grupo monitora continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, com o intuito de mitigar perdas em seus recebíveis. Quando requerido, são efetuados registros de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo teve dois clientes de longo prazo representando mais de 10% de sua receita consolidada. A administração considera que o risco de crédito decorrente dessa concentração é mínimo, considerando o histórico de pagamento integral.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos das contas expostas ao risco de crédito são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	308.731	188.850
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	1.004.663	1.019.606
Contas a receber de terceiros (Nota 5)	210.532	365.455
	<u>1.523.926</u>	<u>1.573.911</u>

b) Risco cambial

Refere-se ao risco proveniente das oscilações nas taxas de câmbio sobre o fluxo de caixa operacional do Grupo, que apresenta grande parte de suas receitas indexadas à moeda estrangeira (dólar norte americano), enquanto parte relevante de seus custos são denominados em moeda nacional (Real). O Grupo está exposto a variações cambiais patrimoniais proveniente, substancialmente, dos seus investimentos realizados em moeda estrangeira nas suas controladas no exterior.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos das contas expostas ao risco cambial são apresentados a seguir:

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)		
Depósitos bancários no exterior	27.944	50.421
Investimentos no exterior - Fundo Reno	-	-
Treasury Bills - Fundo Faerder	51.450	110.932
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)		
Investimentos no exterior	3.913	-
Fundo de investimentos - Faerder	672.278	620.440
Títulos emitidos por outras companhias (<i>Bonds</i>)	75.298	45.031
Contas a receber de clientes - arrendamento mercantil das embarcações (Nota 5)	36.256	124.233
estrangeira	<u>867.139</u>	<u>951.057</u>
Valores a pagar de arrendamento de direito de uso	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	53.255
Total dos passivos indexados em moeda estrangeira	<u>-</u>	<u>53.255</u>

O Grupo monitora continuamente sua exposição às variações do câmbio, a fim de observar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros para mitigar esse risco.

Análise de sensibilidade da variação na taxa de câmbio

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial (dólar norte-americano), o Grupo estimou, com base nas expectativas de mercado divulgadas em 12 de março de 2024, pelo Banco Central do Brasil - BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus datado de 8 de março de 2024, o cenário provável para o dólar norte americano no ano de 2023. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I ▲ 25%	Cenário II ▲ 50%
Taxa de câmbio - 31/12/2023 (R\$/US\$)	4,8413	4,8413	4,8413
Total dos ativos indexados em moeda estrangeira	424.524	424.524	424.524
Taxa de câmbio anual estimada (R\$/US\$)	4,9300	3,7000	2,4700
Efeito no Resultado/ Patrimônio Líquido:			
Aumento/(Redução)	7.778	(100.078)	(207.935)

c) Risco de gerenciamento de capital

A política do Grupo tem por objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Desta forma, o Grupo gerencia sua estrutura de capital objetivando assegurar sua continuidade enquanto busca maximizar o retorno aos seus acionistas, por meio da otimização do equilíbrio entre capital próprio e de terceiros.

Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros utilizando técnicas usuais de precificação de mercado, as quais envolvem julgamento. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração baseou-se nas seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários: os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em face de sua liquidez imediata e do risco baixo de mudança de valor, têm valores justos substancialmente similares aos saldos contábeis.
- Contas a receber de clientes e fornecedores (terceiros): por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. Adicionalmente, os montantes das contas a receber de clientes e fornecedores divulgados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não diferem significativamente dos seus respectivos valores justos devido ao fato do giro dessas contas ser de, aproximadamente, 30 a 40 dias.

28 Transações com Partes relacionadas

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022		2023	2022
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (despesa)	Receita/ (despesa)
Norcoast (ii)	2.044	-	-	-	(7.545)	-
Total	<u>2.044</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.545)</u>	<u>-</u>
Circulante	2.044	-	-	-	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, determinar o montante da remuneração global e anual da Administração da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a remuneração dos administradores (i) é como segue:

LORENTZEN EMPREENDIMENTOS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Benefícios de curto prazo (ii)	9.824	8.833

- (i) Administradores consideram-se os diretores estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (ii) Os benefícios de curto prazo se referem, substancialmente, a remuneração fixa e a participação nos lucros (pagáveis dentro de 12 meses a partir da data de encerramento do exercício).

29 Seguros (consolidado) - Não auditado

O Grupo, com base na natureza de suas atividades e na avaliação de seus consultores de seguros, adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, objetivando a cobertura de eventuais sinistros.

Desta forma, as coberturas de seguros são determinadas e contratadas anualmente com base em análises sistemáticas de riscos conjugadas com modernas técnicas securitárias, consideradas pela Administração como suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros envolvendo bens do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantinha cobertura de seguros de responsabilidade civil para suas operações e de diversos riscos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência		Limite máximo de indenização
		De	Até	
Proteção e indenização ("Protection and indemnity - P&I")	Responsabilidade civil, poluição, tripulação e passageiros	20/02/2022	20/02/2024 ⁽¹⁾	US\$3 bilhões
Cascos marítimos e máquinas ("Hull and machinery insurance")	Perda total, assistência e salvamento, avaria particular	10/12/2023	10/12/2024	US\$414 milhões
Vida ("Life")	Morte natural, morte acidente, invalidez permanente total ou parcial, invalidez funcional permanente, inclusão de cônjuge e filhos	01/09/2023	31/08/2025	60 salários
Bens materiais ("Properties")	Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, derrame de sprinklers, rompimento de tanques e tubulações, equip. eletrônicos, RC Estabelecimento comercial Danos Morais, RC empregador	27/08/2023	27/08/2024	R\$16 milhões

30 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes transações não envolvendo caixa e, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2023	2022
Atividades de investimento não caixa:		
Ativos de direito de uso de arrendamento (Nota 12)	3.215	2.759
Total - atividades de investimento	<u>3.215</u>	<u>2.759</u>

31 Eventos Subsequentes

Contrato de Serviço de Transporte e de Arrendamento Intercompanhia

No início de janeiro de 2024, a Companhia firmou um contrato de serviço de transporte de longo prazo com um cliente recorrente, com início de vigência a partir de 10 de janeiro de 2024, por um período de 5 anos. O navio cimenteiro "Tellus", de propriedade da controlada direta Norwest, ficará exclusivamente dedicado a esse contrato.

Desta forma, a Companhia afretará o navio cimenteiro "Tellus" da Norwest, correspondendo a uma transação de arrendamento de embarcação intercompanhia, no escopo do CPC 06 (R2) (IFRS16), com efeitos prospectivos a partir de 2024.

Subscrição de ações e aumento de capital na Norcoast.

Conforme estabelecido nas Atas da Assembleia Geral Extraordinária da Norcoast, realizadas em 5 de dezembro de 2023 e em 21 de fevereiro de 2024, os acionistas (Companhia e Hapag-Lloyd) subscreveram em conjunto, 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Norcoast, na proporcionalidade de 50% para cada acionista, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, perfazendo o preço de emissão total de R\$200.000.

Em 5 de janeiro de 2024, os acionistas integralizaram 100.000.000 (cem milhões) de novas ações ordinárias emitidas pela Norcoast, sendo que a Companhia efetuou um aporte de capital na Norcoast, no montante de R\$50.000, correspondendo ao seu percentual de participação de 50% na controlada em conjunto.

Conforme Boletim de Subscrição de Ações, datado de 21 de fevereiro de 2024, os acionistas se comprometem a integralizar as 100.000.000 (cem milhões) de novas ações ordinárias remanescentes até o dia 1º de abril de 2024, na proporcionalidade de sua participação de 50% cada.

Tributação de subvenções governamentais

A Lei nº 14.789, publicada em 29 de dezembro de 2023 (“Lei nº 14.789/2023”), introduziu alterações na legislação tributária no que tange ao tratamento de subvenções governamentais e sua tributação, bem como, limitou a utilização de algumas contas do patrimônio líquido para fins do cálculo do limite de dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio (JCP) a partir do ano-calendário 2024. Os principais impactos relacionados a essa tributação estão descritos a seguir.

A Lei nº 14.789/2023 revogou os artigos que permitiam a exclusão das subvenções governamentais da base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, estabelecendo, dessa forma, novas diretrizes sobre a tributação das subvenções governamentais recebidas pela Companhia. Em conformidade com a nova legislação, as subvenções governamentais devem ser consideradas como parte do lucro líquido tributável da Companhia, sujeitas à tributação de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes aplicáveis. Contudo, serão passíveis de crédito, as subvenções destinadas à compensação de despesas específicas, como subsídios para investimentos de implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Adicionalmente, para fins de cálculo do JCP, a nova legislação detalhou quais contas do patrimônio líquido deveriam ser consideradas para cálculo do limite de JCP, limitando a consideração das seguintes contas: capital social integralizado, reservas de capital, reservas de lucros, com exceção da reserva de incentivos fiscais, ações em tesouraria e lucros (prejuízos) acumulados.

Além do reconhecimento contábil adequado, a Companhia deve garantir o cumprimento das obrigações fiscais relacionadas às alterações, incluindo a correta determinação da tributação aplicável e a devida divulgação nas demonstrações contábeis e declarações fiscais.

Atualmente, a Administração da Companhia se encontra em processo de avaliação dos impactos advindos da Lei nº 14.789/2023 para o ano-calendário 2024, sendo que as atuais políticas e procedimentos serão atualizadas, conforme necessário, visando garantir a conformidade integral com os novos requisitos legais.

Pagamento de JCP e Dividendos

Em maio de 2024 a Lorentzen efetuou o pagamento de R\$ 28.000 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 54.000 a título de dividendos.